

SUMÁRIO

I. DOCUMENTOS NACIONAIS	1
1.1. GERAL	1
1.1.1. ARTIGOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA DE 1988	1
1.1.2. PROGRAMA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS – PNDH II (2002)	22
1.2. ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA	45
1.2.1. AÇÃO CIVIL PÚBLICA DE RESPONSABILIDADE POR DANOS A BENS DIFUSOS, E COLETIVOS (LEI N. 7.347 – 24/07/1985)	45
1.2.2. LEI DE CRIMES AMBIENTAIS (LEI N. 9.605 – 12/02/1998)	47
1.3. CRIANÇAS E ADOLESCENTES	55
1.3.1. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (LEI N. 8.069 – 13/07/1990)	55
1.4. EDUCAÇÃO	80
1.4.1. LEI DE DIRETRIZES E BASES (LEI N. 9.394 – 20/12/1996)	80
1.4.2. PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (LEI N. 10.172 – 09/01/2001)	95
1.5. DEFICIENTES	143
1.5.1. ACESSO UNIVERSAL DE DEFICIENTES A SERVIÇOS (LEI N. 7.405 – 12/11/1985) .	143
1.5.2. PORTADORES DE DEFICIÊNCIA (LEI N. 7.853 – 24/10/1989)	144
1.6. PROTEÇÃO DE MINORIAS E GRUPOS VULNERÁVEIS	148
1.6.1. ESTATUTO DO IDOSO (LEI N. 10.741 – 01/10/ 2003)	148
1.6.2. ESTATUTO DO ÍNDIO (LEI N. 6.001 – 13/12/1973)	159
1.6.3. IMPLEMENTAÇÃO DO ESTATUTO DOS REFUGIADOS (LEI N. 9.474 – 22/07/1997)	165
1.6.4. LEI MARIA DA PENHA (LEI N. 11.340 – 07/08/2006)	169
1.6.5. LEI DE PRECONCEITO DE RAÇA OU COR (LEI N. 9.459 – 13/05/1997)	174
1.6.6. LEI DE PROTEÇÃO À VÍTIMA E À TESTEMUNHA (LEI N. 9.807 – 13/07/1999)	175
1.6.7. PRIORIDADE DE ATENDIMENTO A IDOSOS, DEFICIENTES E GESTANTES (LEI N. 10.048 – 8/11/2000)	178
1.7. SAÚDE	178
1.7.1. PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO DA SAÚDE (LEI N. 8.080 – 19/09/1990)	178
II. DOCUMENTOS INTERNACIONAIS	186
II.1. GERAL	186



II.1.1	ACORDO QUE CRIA A ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO (1947) (vigor – 01/01/1995)	186
II.1.2	CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS (1945)	193
II.1.3	CONSTITUIÇÃO DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS/WHO) (1946)	206
II.1.4	CONVENÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA (UNESCO) (1945)	213
II.1.5	DECLARAÇÃO SOBRE A PROTEÇÃO DE TODAS AS PESSOAS CONTRA A TORTURA OU OUTROS TRATAMENTOS OU PENAS CRUÉIS, DESUMANOS OU DEGRADANTES (1975)	219
II.1.6	DECLARAÇÃO SOBRE O DIREITO DOS POVOS À PAZ (1984)	220
II.1.7	DECLARAÇÃO SOBRE O USO DO PROGRESSO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO NO INTERESSE DA PAZ E EM BENEFÍCIO DA HUMANIDADE (1975)	220
II.1.8	DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS (1948)	221
II.1.9	ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBERO-AMERICANOS PARA A EDUCAÇÃO A CIÊNCIA E A CULTURA – ESTATUTOS (1985)	224
II.1.10	ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA PROPRIEDADE INTELECTUAL (1967)	227
II.1.11	PACTO INTERNACIONAL DE DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS (1966)	235
II.1.12	PACTO INTERNACIONAL DE DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS (1966)	244
II.1.13	PROTOCOLO FACULTATIVO AO PACTO DE DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS (1966)	250
II.1.14	II PROTOCOLO FACULTATIVO AO PACTO INTERNACIONAL DE DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS, VISANDO A ABOLIÇÃO DA PENA DE MORTE (1989)	251
II. 2. ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA		253
II.2.1	CONJUNTO DE PRINCÍPIOS PARA A PROTEÇÃO DE TODAS AS PESSOAS SUJEITAS A QUALQUER FORMA DE DETENÇÃO OU PRISÃO (1988)	253
II.2.2	CONVENÇÃO CONTRA A TORTURA E OUTROS TRATAMENTOS OU PENAS CRUÉIS, DESUMANOS OU DEGRADANTES (1984)	258
II.2.3	DECLARAÇÃO DOS PRINCÍPIOS BÁSICOS DE JUSTIÇA RELATIVOS ÀS VÍTIMAS DA CRIMINALIDADE E DE ABUSO DE PODER (1990)	266
II.2.4	ESTATUTO DA CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA (1945)	267
II.2.5	ESTATUTO DE ROMA DO TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL (1998) (vigor – 01/09/2002)	274
II.2.6	PRINCÍPIOS BÁSICOS RELATIVOS AO TRATAMENTO DE RECLUSOS (1990)	314
II.2.7	PRINCÍPIOS ORIENTADORES PARA A PREVENÇÃO E REPRESSÃO DO CRIME ORGANIZADO (1990)	315
II.2.8	PROTOCOLO FACULTATIVO À CONVENÇÃO CONTRA A TORTURA E OUTROS TRATAMENTOS OU PENAS CRUÉIS, DESUMANOS OU DEGRADANTES (2002) (vigor – 11/02/2007)	319
II.2.9	REGRAS MÍNIMAS PARA ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA PARA OS MENORES (1985)	325
II.2.10	REGRAS MÍNIMAS PARA ELABORAÇÃO DE MEDIDAS NÃO PRIVATIVAS DE LIBERDADE (1990)	326
II.2.11	REGRAS MÍNIMAS PARA O TRATAMENTO DE PRISIONEIRO (1977)	333
II.3. BEM-ESTAR, PROGRESSO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL		343
II.3.1	DECLARAÇÃO E PROGRAMA DE AÇÃO DA CÚPULA MUNDIAL SOBRE DESENVOLVIMENTO SOCIAL (1995)	343
II.3.2	DECLARAÇÃO SOBRE O DIREITO AO DESENVOLVIMENTO (1986)	397



II.4. JUVENTUDE	399
II.4.1. DECLARAÇÃO SOBRE A PROMOÇÃO ENTRE A JUVENTUDE DOS IDEAIS DE PAZ, RESPEITO MÚTUO E COMPREENSÃO ENTRE OS POVOS (1965)	399
II.5. CRIANÇAS	400
II.5.1. CONVENÇÃO DA OIT N. 182 RELATIVA ÀS PIORES FORMAS DE TRABALHO INFANTIL (1999)	400
II.5.2. CONVENÇÃO RELATIVA AOS DIREITOS DA CRIANÇA (1989)	403
II.5.3. CONVENÇÃO RELATIVA À PROJEÇÃO DAS CRIANÇAS E À COOPERAÇÃO EM MATÉRIA DE ADOÇÃO INTERNACIONAL (1995)	413
II.5.4. DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA (1959) (D.L. 50.517 – 02/05/1961) ...	420
II.5.5. PLANO DE AÇÃO PARA IMPLEMENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO MUNDIAL SOBRE A SOBREVIVÊNCIA, A PROTEÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA NOS ANOS 90 (1991)	421
II.5.6. PRINCÍPIOS DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A PREVENÇÃO DA DELINQUÊNCIA JUVENIL (1990)	430
II.5.7. PROTOCOLO FACULTATIVO À CONVENÇÃO RELATIVA AOS DIREITOS DA CRIANÇA REFERENTE À PARTICIPAÇÃO DAS CRIANÇAS NOS CONFLITOS ARMADOS (2000)	436
II.5.8. PROTOCOLO FACULTATIVO À CONVENÇÃO RELATIVA AOS DIREITOS DA CRIANÇA REFERENTE AO TRÁFICO DE CRIANÇAS, PROSTITUIÇÃO INFANTIL E UTILIZAÇÃO DE CRIANÇAS NA PORNOGRAFIA (2000) (vigor – 27/02/2004)	439
II.6. CRIMES DE GUERRA E CRIMES CONTRA A HUMANIDADE, INCLUINDO O GENOCÍDIO	443
II.6.1. CONVENÇÃO PARA A PREVENÇÃO E A REPRESSÃO DO CRIME DE GENOCÍDIO (1948)	443
II.6.2. CONVENÇÃO SOBRE A IMPRESCRITIBILIDADE DOS CRIMES DE GUERRA E DOS CRIMES CONTRA A HUMANIDADE (1968)	445
II.7. DEFICIENTES	447
II.7.1. A PROTEÇÃO DE PESSOAS ACOMETIDAS DE TRANSTORNO MENTAL E A MELHORIA DA ASSISTÊNCIA À SAÚDE MENTAL (1992)	447
II.7.2. CONVENÇÃO SOBRE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL E EMPREGO DE PESSOAS (1983)	453
II.7.3. DECLARAÇÃO DE DIREITOS DO DEFICIENTE MENTAL (1975)	455
II.7.4. DECLARAÇÃO DE DIREITOS DAS PESSOAS DEFICIENTES (1975)	456
II.7.5. DECLARAÇÃO DE SALAMANCA SOBRE PRINCÍPIOS, POLÍTICA E PRÁTICA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL (1994)	457
II.7.6. REGRAS GERAIS SOBRE IGUALDADE DE OPORTUNIDADES PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS (1993)	468
II.8. DIREITO HUMANITÁRIO	483
II.8.1. I CONVENÇÃO DE GENEBRA PARA MELHORIA DAS CONDIÇÕES DOS FERIDOS E DOS ENFERMOS DAS FORÇAS ARMADAS EM CAMPANHA (1949)	483
II.8.2. III CONVENÇÃO DE GENEBRA RELATIVA AO TRATAMENTO DOS PRISIONEIROS DE GUERRA (1949)	495



II. 9. DISCRIMINAÇÃO	526
II.9.1. CONVENÇÃO DA OIT N. 100 RELATIVA À IGUALDADE DE REMUNERAÇÃO (MÃO DE OBRA MASCULINA E FEMININA POR TRABALHO DE IGUAL VALOR) (1951)	526
II.9.2. CONVENÇÃO DA UNESCO RELATIVA À LUTA CONTRA AS DISCRIMINAÇÕES DA ESFERA DO ENSINO (1960)	528
II.9.3. CONVENÇÃO INTERNACIONAL RELATIVA À ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO RACIAL (1965)	531
II.9.4. DECLARAÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS PERTENCENTES A MINORIAS NACIONAIS OU ÉTNICAS, RELIGIOSAS E LINGÜÍSTICAS	538
II.9.5. DECLARAÇÃO SOBRE A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE INTOLERÂNCIA E DISCRIMINAÇÃO FUNDADAS NA RELIGIÃO OU NAS CONVICÇÕES (1981)	542
II.9.6. DECLARAÇÃO SOBRE A RAÇA E OS PRECONCEITOS RACIAIS (1978)	544
II.9.7. DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS (1993) ...	548
II.9.8. SOBRE IGUALDADE DE TRATAMENTO DOS NACIONAIS E NÃO-NACIONAIS EM MATÉRIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (1962)	551
II.10. ENSINO	554
II.10.1. XV CONFERÊNCIA IBERO-AMERICANA DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO (2005)	554
II.10.2. DECLARAÇÃO DE DAKAR (2000)	558
II.10.3. DECLARAÇÃO MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO PARA TODOS (1990)	562
II.11. ESCRAVIDÃO, SERVIDÃO, TRABALHO FORÇADO, INSTITUIÇÕES E PRÁTICAS SIMILARES	577
II.11.1. COLEÇÃO DOS ATOS INTERNACIONAIS N. 497 CONVENÇÃO PARA A REPRESSÃO DO TRÁFICO DE PESSOAS E DO LENOCÍNIO (1950)	577
II.11.2. CONVENÇÃO RELATIVA À ESCRAVIDÃO (1926) (vigor – 06/01/1966)	581
II.11.3. CONVENÇÃO DA OIT N. 29 RELATIVA AO TRABALHO FORÇADO OU OBRIGATÓRIO (1930)	582
II.11.4. CONVENÇÃO SUPLEMENTAR SOBRE A ABOLIÇÃO DA ESCRAVIDÃO, O TRÁFICO DE ESCRAVOS E INSTITUIÇÕES E PRÁTICAS ANALOGAS A ESCRAVIDÃO (1956) (vigor – 01/06/1966)	588
II.11.5. CONVENÇÃO DA OIT N. 105 RELATIVA À ABOLIÇÃO DO TRABALHO FORÇADO (1957)	591
II. 12. INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO E CULTURA	592
II.12.1. CONVENÇÃO DE BERNA PARA A PROTEÇÃO DAS OBRAS LITERÁRIAS E ARTÍSTICAS (1978)	592
II.12.2. CONVENÇÃO PARA A SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO IMATERIAL (2003) ..	609
II.12.3. CONVENÇÃO PARA A PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO MUNDIAL, CULTURAL E NATURAL (1972)	616
II.12.4. CONVENÇÃO SOBRE A PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DA DIVERSIDADE DAS EXPRESSÕES CULTURAIS (2005)	623
II.12.5. DECLARAÇÃO SOBRE OS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS RELATIVOS À CONTRIBUIÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA PARA O FORTALECIMENTO DA PAZ E DA COMPREENSÃO INTERNACIONAL PARA A PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E A LUTA CONTRA O RACISMO, O APARTHEID E O INCITAMENTO À GUERRA (1978)	632



II.12.6. TRIPS – ACORDO SOBRE ASPECTOS DOS DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL RELACIONADOS AO COMÉRCIO (1994) (D.L. 30 – 15/12/1994)	635
II.13. LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO	653
II.13.1. CONVENÇÃO DA OIT N. 87 RELATIVA À LIBERDADE SINDICAL E PROTEÇÃO DO DIREITO DE SINDICALIZAÇÃO (1948)	653
II.13.2. CONVENÇÃO DA OIT N. 135 RELATIVA AOS REPRESENTANTES DOS TRABALHADORES (1971)	655
II.13.3. CONVENÇÃO DA OIT N. 151 RELATIVA ÀS RELAÇÕES TRABALHISTAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (1978)	657
II.13.4. CONVENÇÃO DA OIT N. 154 RELATIVA AO DIREITO DE ORGANIZAÇÃO E DE NEGOCIAÇÃO COLETIVA (1981) (vigor – 10/07/1993)	659
II.14. MULHERES	662
II.14.1. CONVENÇÃO RELATIVA AOS DIREITOS POLÍTICOS DA MULHER (1952) (vigor – 21/02/1956)	662
II.14.2. CONVENÇÃO RELATIVA À ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO CONTRA A MULHER (1979)	663
II.14.3. DECLARAÇÃO SOBRE A PROTEÇÃO DA MULHER E DA CRIANÇA EM ESTADOS DE EMERGÊNCIA E DE CONFLITO ARMADO (1974)	669
II.14.4. PROTOCOLO DE EMENDA DA CONVENÇÃO PARA REPRESSÃO DO TRÁFICO DE MULHERES E CRIANÇAS (1921) E CONVENÇÃO PARA A REPRESSÃO DO TRÁFICO DE MULHERES MAIORES (1933) (D.L. 8 – 01/02/1950)	670
II.15. NACIONALIDADE, APÁTRIA E REFÚGIO	672
II.15.1. CONVENÇÃO RELATIVA AO ESTATUTO DOS REFUGIADOS (1951)	672
II.15.2. PROTOCOLO RELATIVO AO ESTATUTO DE REFUGIADO (1966) (vigor – 07/04/1972)	680
II.15.3. CONVENÇÃO RELATIVA AO ESTATUTO DOS APÁTRIDAS (1954) (vigor – 06/06/1960)	682
II.15.4. CONVENÇÃO RELATIVA À REDUÇÃO DOS CASOS DE APATRIDIA (1959)	688
II.15.5. DECLARAÇÃO SOBRE OS DIREITOS HUMANOS DOS INDIVÍDUOS QUE NÃO SÃO NACIONAIS DO PAÍS EM QUE VIVEM (1985)	690
II.15.6. DECLARAÇÃO SOBRE ASILO TERRITORIAL (1967)	692
II.15.7. ESTATUTO DO ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS (1950)	693
II.16. SAÚDE E MEIO AMBIENTE	695
II.16.1. AGENDA 21 (1992)	695
II.16.1.1. PREÂMBULO	695
II.16.2. DECLARAÇÃO SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (1992)	696
II.16.3. CONVENÇÃO RELATIVA À AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS NUM CONTEXTO TRANSFRONTEIRAS (1991)	698
II.16.4. DECLARAÇÃO UNIVERSAL SOBRE BIOÉTICA E DIREITOS HUMANOS (2005)	708
II.16.5. PROTOCOLO DE QUIOTO (1997)	713
II.16.6. RESOLUÇÃO 1803 (XVII) DE ASSEMBLÉIA GERAL: “SOBERANIA PERMANENTE SOBRE OS RECURSOS NATURAIS” (1962)	725
II.17. TRABALHO	726
II.17.1. CONVENÇÃO N. 97 DA OIT RELATIVA AOS TRABALHADORES MIGRANTES (1949)	726

II.17.2. CONVENÇÃO DA OIT N. 111 RELATIVA À DISCRIMINAÇÃO (EMPREGO E PROFISSÃO) (1958)	734
II.17.3. CONVENÇÃO DA OIT N. 122 RELATIVA À POLÍTICA DE EMPREGO (1964)	736
II.17.4. CONVENÇÃO DA OIT N. 131 FIXAÇÃO DE SALÁRIOS MÍNIMOS, ESPECIALMENTE NOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO (1970)	737
II.17.5. CONVENÇÃO DA OIT N. 138 RELATIVA À IDADE MÍNIMA PARA ADMISSÃO EM EMPREGO (1973)	738
II.17.6. CONVENÇÃO DA OIT N. 168 RELATIVA À PROMOÇÃO DO EMPREGO E PROTEÇÃO CONTRA O DESEMPREGO (1988) (vigor – 24/03/1994)	741
III. SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS	748
III.1. GERAL	748
III.1.1. A ORGANIZAÇÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS (1991)	748
III.1.2. CARTA DA OEA [MODIFICADA PELOS PROTOCOLOS: BUENOS AIRES (1967), CARTAGENA (1985), WASHINGTON (1992) E MANAGUA (1993)] (1948)	755
III.1.3. CONVENÇÃO AMERICANA DE DIREITOS HUMANOS: <i>PACTO DE SAN JOSÉ DA COSTA RICA</i> (1969) (vigor – 25/09/1992)	771
III.1.4. DECLARAÇÃO AMERICANA DE DIREITOS E DEVERES DO HOMEM (1948) (vigor – 06/11/1992)	783
III.1.5. DECLARAÇÃO MODELO CENTRO-AMERICANO DE SEGURANÇA DEMOCRÁTICA (2003)	785
III.1.6. DECLARAÇÃO SOBRE SEGURANÇA NAS AMÉRICAS (2003)	786
III.1.7. PROTOCOLO ADICIONAL À CONVENÇÃO AMERICANA DE DIREITOS HUMANOS EM MATÉRIA DE DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS: <i>PROTOCOLO DE SAN SALVADOR</i> (1988)	794
III.1.8. PROTOCOLO À CONVENÇÃO AMERICANA DE DIREITOS HUMANOS REFERENTE À ABOLIÇÃO DA PENA DE MORTE (1990)	799
III.1.9. CONVENÇÃO INTERAMERICANA RELATIVA A DESAPARECIMENTO FORÇADO DE PESSOAS (1994)	799
III.1.10. ESTATUTO DA COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS (1979)	802
III.1.11. REGULAMENTO DA COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS (1997)	806
III.2. ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA	819
III.2.1. CONVENÇÃO INTERAMERICANA CONTRA A CORRUPÇÃO (1996) (vigor – 24/08/2002)	819
III.2.2. CONVENÇÃO INTERAMERICANA PARA PREVENIR E PUNIR A TORTURA (1985) (vigor – 21/08/1989)	824
III.2.3. ESTATUTO DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS (1979)	827
III.2.4. REGULAMENTO DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS (1996)	831
III.3. CRIANÇAS	840
III.3.1. CONVENÇÃO INTERAMERICANA RELATIVA AO CONFLITO DE LEIS EM MATÉRIA DE ADOÇÃO DE MENORES (1984) (vigor – 07/08/1997)	840
III.3.2. CONVENÇÃO INTERAMERICANA RELATIVA A OBRIGAÇÃO ALIMENTAR (1989) (vigor – 11/08/1997)	843
III.3.3. CONVENÇÃO INTERAMERICANA RELATIVA A RESTITUIÇÃO INTERNACIONAL DE MENORES (1989)	846



III.3.4. CONVENÇÃO RELATIVA AO TRÁFICO INTERNACIONAL DE MENORES (1994) (vigor – 15/08/1997)	850
III. 4. DEFICIENTES	854
III.4.1. CONVENÇÃO INTERNACIONAL PARA A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO CONTRA AS PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA (1999)	854
III. 5. MULHERES	857
III.5.1. CONVENÇÃO INTERAMERICANA RELATIVA A CONCESSÃO DE DIREITOS CIVIS À MULHER (1948) (D.L. 74 – 19/12/1950)	857
III.5.2. CONVENÇÃO INTERAMERICANA RELATIVA A CONCESSÃO DE DIREITOS POLÍTICOS À MULHER (1948) (D.L. 32 – 20/09/1949)	858
III.5.3. CONVENÇÃO INTERAMERICANA PARA PREVENIR, PUNIR E ERRADICAR A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER (CONVENÇÃO DE BELÉM DO PARÁ) (1994)	859
III. 6. TERRORISMO	862
III.6.1. CONVENÇÃO PARA PREVENIR E PUNIR OS ATOS DE TERRORISMO CONFIGURADOS EM DELITOS CONTRA AS PESSOAS E A EXTORSÃO CONEXA QUANDO ELES TIVEREM TRANSCENDÊNCIA INTERNACIONAL (1971) (vigor – 05/02/1999)	862
III.6.2. CONVENÇÃO INTERAMERICANA CONTRA O TERRORISMO (2002) (vigor – 24/11/2005)	864
 IV. LEGISLAÇÃO SUPLEMENTAR	
(Acessada pelo site www.andhep.org.br/content/view/63/83/)	
IV. 1. AGENDA 21 – INTRODUÇÃO E CAPÍTULOS (1992)	
IV. 2. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (LEI N. 8.078 – 11/09/1990)	
IV. 3. CONTROLE DE AUTENTICIDADE DE CÓPIAS DE OBRAS AUDIOVISUAIS (LEI N. 8.401 – 08/01/1992)	
IV. 4. CONVENÇÃO DE GENEVRA RELATIVA A PROTEÇÃO DOS CIVIS EM TEMPO DE GUERRA (1949)	
IV. 5. II CONVENÇÃO DE GENEVRA PARA MELHORIA DAS CONDIÇÕES DOS FERIDOS, ENFERMOS E NAUFRAGOS DAS FORÇAS ARMADAS NO MAR (1949)	
IV. 6. CONVENÇÃO DE PARIS PARA A PROTEÇÃO DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL (1967)	
IV. 7. CONVENÇÃO DA CRUZ VERMELHA	
IV. 8. CONVENÇÃO DA OIT N. 98 RELATIVA AO DIREITO DE SINDICALIZAÇÃO E DE NEGOCIAÇÃO COLETIVA (1949)	
IV. 9. CONVENÇÃO INTERNACIONAL SOBRE A PROTEÇÃO DOS DIREITOS DOS TRABALHADORES MIGRANTES E DOS MEMBROS DE SUA FAMÍLIA (1990)	
IV. 10. CONVENÇÃO DA OIT N. 169 RELATIVA AOS POVOS INDÍGENAS E TRIBAIS NOS PAÍSES INDEPENDENTES (1989)	
IV. 11. CONVENÇÃO RELATIVA AO CONSENTIMENTO PARA MATRIMÔNIO, IDADE MÍNIMA PARA CONTRAIR MATRIMÔNIO E REGISTRO DE MATRIMÔNIOS (1962)	
IV. 12. CONVENÇÃO SOBRE A NACIONALIDADE DA MULHER CASADA (1957)	
IV. 13. CONVENÇÃO SOBRE A PROIBIÇÃO DA UTILIZAÇÃO, ARMAZENAGEM, PRODUÇÃO E TRANSFERÊNCIA DE MINAS ANTIPESSOAL E SOBRE A SUA DESTRUIÇÃO (1999)	
IV. 14. CONVENÇÃO SOBRE A PROIBIÇÃO DO DESENVOLVIMENTO, PRODUÇÃO, ARMAZENAGEM E UTILIZAÇÃO DE ARMAS QUÍMICAS E SOBRE A SUA DESTRUIÇÃO (1997)	



- IV. 15. CONVENÇÃO SOBRE O SOCORRO AOS FERIDOS NOS CAMPOS DE BATALHA (1865)
- IV. 16. CÚPULA MUNDIAL DA ALIMENTAÇÃO DECLARAÇÃO DE ROMA SOBRE A SEGURANÇA ALIMENTAR MUNDIAL & PLANO DE AÇÃO DA CÚPULA MUNDIAL DA ALIMENTAÇÃO (1996)
- IV. 17. DECLARAÇÃO DE RECONHECIMENTO DA COMPETÊNCIA OBRIGATÓRIA DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS (2002)
- IV. 18. DECLARAÇÃO SOBRE A CONCESSÃO DA INDEPENDÊNCIA AOS PAÍSES E POVOS COLONIAIS (1960)
- IV. 19. DIREITOS AUTORAIS (LEI N. 9.610 – 19/02/1998)
- IV. 20. ESTATUTO DO DESARMAMENTO (LEI N. 10.826 - 22/12/ 2003)
- IV. 21. ESTRATÉGIA GLOBAL DA OMS PARA ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (2004)
- IV. 22. INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE (LEI N. 8.560 – 29/12/92)
- IV. 23. LEI DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (LEI N. 8.742 – 07/12/1993)
- IV. 24. LEI DE DESAPROPRIAÇÃO (LEI N. 4.132 - 10/09/1962)
- IV. 25. LEI DE IMPRENSA (LEI N. 5.250 - 09/02/1967)
- IV. 26. LEI DO TRANSPLANTE (LEI N. 9.434 – 04/02/1997)
- IV. 27. LEI DE SEGURIDADE SOCIAL (LEI N. 8.212 – 24/06/1991)
- IV. 28. LEI SOBRE PREVENÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA POLUIÇÃO CAUSADA POR NAVIOS (LEI N. 9.966/2000)
- IV. 29. POLÍTICA NACIONAL ANTI-DROGAS (1997)
- IV. 30. POLÍTICA NACIONAL DO IDOSO (LEI N. 8.842 – 04/01/1994)
- IV. 31. PRINCÍPIOS DE ÉTICA MÉDICA APLICÁVEIS À FUNÇÃO DO PESSOAL DE SAÚDE, ESPECIALMENTE AOS MÉDICOS, NA PROTEÇÃO DE PRISIONEIROUS OU DETIDOS CONTRA A TORTURA E OUTROS TRATAMENTOS OU PENAS CRUÉIS, DESUMANOS OU DEGRADANTES (1982)
- IV. 32. PROGRAMA DE AÇÃO MUNDIAL PARA AS PESSOAS DEFICIENTES (1982)
- IV. 33. PROTOCOLO ADICIONAL ÀS CONVENÇÕES DE GENEBRA DE 12 DE AGOSTO DE 1949, RELATIVO À PROTEÇÃO DAS VITIMAS DOS CONFLITOS ARMADOS INTERNACIONAIS (PROTOCOLO I) (1977)
- IV. 34. PROTOCOLO ADICIONAL ÀS CONVENÇÕES DE GENEBRA DE 12 DE AGOSTO DE 1949, RELATIVO À PROTEÇÃO DAS VITIMAS DE CONFLITOS ARMADOS NÃO INTERNACIONAIS (PROTOCOLO II) (1977)
- IV. 35. PROTOCOLO FACULTATIVO À CONVENÇÃO RELATIVA À ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO CONTRA A MULHER (1999)
- IV. 36. PROTOCOLO PARA INSTITUIR UMA COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO E BONS OFÍCIOS PARA RESOLVER AS CONTROVERSAS QUE POSSAM SURTIR DA CONVENÇÃO DA UNESCO RELATIVA A LUTA CONTRA AS DISCRIMINAÇÕES NA ESFERA DO ENSINO (1962)
- IV. 37. QUARTO PROTOCOLO ADICIONAL À CONVENÇÃO SOBRE A PROIBIÇÃO OU LIMITAÇÃO DO USO DE CERTAS ARMAS CONVENCIONAIS QUE PODEM SER CONSIDERADAS COMO PRODUZINDO EFEITOS TRAUMÁTICOS EXCESSIVOS OU FERINDO INDISCRIMINADAMENTE, SOBRE ARMAS LASER QUE CAUSAM A CEGUEIRA (1998)
- IV. 38. RECOMENDAÇÃO 190 DA OIT SOBRE AS PIORES FORMAS DE TRABALHO INFANTIL E AÇÃO IMEDIATA PARA A SUA ELIMINAÇÃO (1999)
- IV. 39. UTILIZAÇÃO DE CADÁVER NÃO RECLAMADO PARA PESQUISA CIENTÍFICA (LEI N. 8.501 – 30/11/92)

